



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Orçamento do Estado 2014

Audição Parlamentar

MAM

Novembro 2013



Índice

| | |
|---|-----------|
| ÍNDICE..... | 1 |
| SIGLAS | 2 |
| 1. ENQUADRAMENTO | 4 |
| 2. DESPESA CONSOLIDADA..... | 5 |
| 2.1. ANÁLISE DO RELATÓRIO DO ORÇAMENTO PARA 2014 | 5 |
| 2.2. ANÁLISE COMPARATIVA DA DESPESA POR SUBSECTORES DE ATIVIDADE (DOTAÇÕES INICIAIS)..... | 6 |
| 2.2.1. <i>Subsector Estado</i> | 6 |
| 2.2.2. <i>Subsector Serviços e Fundos Autónomos (SFA)</i> | 8 |
| 2.2.3. <i>Entidades Públicas Recllassificadas (EPR)</i> | 9 |
| 2.3. ANÁLISE DO ORÇAMENTO GLOBAL, POR AGRUPAMENTO DE DESPESA..... | 10 |
| 3. INVESTIMENTO DO MAM..... | 12 |
| 3.1. ENQUADRAMENTO..... | 12 |
| 3.2. INVESTIMENTO – AGRICULTURA E FLORESTAS..... | 14 |
| 3.3. INVESTIMENTO – MAR..... | 16 |
| 3.4. QUADROS SÍNTESE | 18 |
| 3.4.1. <i>Investimento PRODER</i> | 21 |
| 3.4.2. <i>Investimento PROMAR</i> | 22 |
| 4. RECURSOS HUMANOS | 23 |
| 4.1. ANÁLISE DE EFETIVOS | 23 |
| 4.2. CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM SME..... | 25 |
| 4.3. CONTRATOS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS | 25 |
| 4.4. APOSENTAÇÕES | 26 |
| 4.5. RESCISÕES | 26 |



Siglas

CI - Contrapartida Interna

COM - Organização Comum de Mercado

DGADR - Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

DGAV - Direcção -Geral de Alimentação e Veterinária

DGPM - Direcção -Geral de Política do Mar

DGRM - Direcção -Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

EPR - Empresas Públicas Re classificadas

FC - Financiamento Comunitário

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEP - Fundo Europeu para a Pesca

FN - Financiamento Nacional

GPP - Gabinete de Planeamento e Políticas

IFAP, IP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

IVV - Instituto da Vinha e do Vinho

LEO - Lei do Enquadramento Orçamental

MAM - Ministério da Agricultura e do Mar

ex-MAMAOT - ex-Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

MONICAP/SIFICAP - monitorização contínua das actividades da pesca / fiscalização e controlo da actividade da pesca

OE - Orçamento de Estado

OF - Orçamento de Funcionamento

PCP - Política Comum da Pesca

PNSA - Plano Nacional de Saúde Animal

PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

PROLUNP - Programa Nacional de Luta Contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro

PROMAR - Programa Operacional Pesca 2007-2013

RG - Receitas Gerais



RP - Receitas Próprias

RRN - Programa da Rede Rural Nacional

SFA - Serviços e Fundos Autónomos

SI - Serviços Integrados

SI2P - Sistema Integrado de Informação das Pescas

SIPAC - Sistema Integrado de Proteção contra Aleatoriedades Climáticas

SINERGIC - Sistema nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral

SPA - Sector Público Administrativo



1. Enquadramento

O Orçamento para 2014 do Ministério da Agricultura e do Mar (MAM) mantém a opção política, delineada e executada nos últimos anos, de privilegiar a manutenção dos meios financeiros (i.e. contrapartida nacional) necessários à boa execução dos programas PRODER e PROMAR, enquanto instrumentos de política de investimento sectorial, sem prejuízo do esforço de contenção na despesa do Ministério, não sendo a consolidação financeira, por conseguinte, realizada em prejuízo de investimento.

No domínio do investimento mantém-se o objetivo do MAM, desde o início da atual legislatura, em assegurar a manutenção de elevadas taxas de execução dos fundos comunitários, assegurando a sua total e correta utilização até ao fim do programa, evitando a devolução de verbas comunitárias ocorrida em executivos anteriores.

Com o novo programa de ajudas comunitárias a iniciar em 2014 (PDR 2014-2020), o MAM pretende manter a elevada execução dos fundos comunitários. Nota-se que o atual PRODER aprovou, no total, mais de 33.000 projetos de investimento correspondendo a um total de investimento aprovado acumulado superior a 7 mil M€. Atualmente, a execução do programa cifra-se nos 73% e espera-se atingir os 75% até ao final de 2013. Perspetivando o futuro, foram aprovados mais de 9.000 novos projetos para a instalação de jovens agricultores com um apoio aprovado superior a 640 M€, que permitem alavancar um investimento total de mais de 1.100 M€.

Em 2014, o MAM continuará, em conjunto com o sector agro-alimentar, a definir uma estratégia de internacionalização, desenvolvendo uma ação muito ativa de abertura de novos mercados aos produtos portugueses, designadamente através da eliminação de barreiras fitossanitárias. Para o próximo ano manter-se-á o investimento público em infraestruturas hidroagrícolas, enquanto dimensão estruturante da agricultura em Portugal, potenciando o aumento da produção e o contributo para o equilíbrio da balança agroalimentar.

No contexto do desenvolvimento das políticas para o Mar, assegurar-se-ão as dotações nacionais necessárias à absorção dos fundos comunitários disponíveis para a execução da Política Comum de Pesca, incluindo a Organização Comum do Mercado, o controlo e a fiscalização da pesca e a recolha de dados.

Em suma, o orçamento do MAM para 2014 permanecerá ao serviço da agricultura, das florestas e do mar no sentido de criar as condições para a promoção da competitividade destes setores, nacional e internacionalmente, assegurando ainda o seu contributo à necessária consolidação financeira do Estado.



2. Despesa Consolidada

2.1. Análise do Relatório do Orçamento para 2014

A comparação da proposta de orçamento do Ministério da Agricultura e do Mar para 2014 com o orçamento retificativo relativo a 2013, em base comparável, evidencia um decréscimo de 5,5% (73,3M€) para 1.269,4M€, em resultado de menor recurso ao Orçamento Geral do Estado (i.e. receitas gerais), da despesa financiada por receitas consignadas e de uma redefinição de prioridades em matéria de investimentos para que se assegurasse a manutenção da componente nacional no orçamento MAM e os programas de investimento produtivo (PRODER e PROMAR) mantivessem inalterados os investimentos de anos anteriores.

Assim, a dotação inicial proposta para o orçamento do MAM ascende, no ano de 2014, a **1.269,4M€**, distribuídos de acordo com o quadro infra:

| Áreas de Despesa | Orçamento | Orçamento | Orçamento | O14 vs ORet13 (Δ %) | O14 vs O13 (Δ %) | Unid.: M€; % |
|---|----------------|--------------------|----------------|---------------------|-------------------|--------------------------|
| | 2013 (1) | 2013 RETIF. (2) | 2014 (3) | | | Orçamento 2014 (%) |
| | | | | 4 = [3 - 2] / 2 | 5 = [3 - 1] / 1 | |
| A. SUBSECTOR ESTADO (1. + 2.) | 481,7 | 465,3 | 431,0 | -7,4% | -10,5% | 28,7% |
| 1. Funcionamento Normal | 334,4 | 325,3 | 298,2 | -8,3% | -10,8% | 19,9% |
| 1.1 - C/ cobertura Receitas Gerais | 230,9 | 224,0 | 203,8 | -9,0% | -11,7% | 13,6% |
| 1.2 - C/ cobertura Receitas Consignadas | 103,5 | 101,3 | 94,4 | -6,8% | -8,8% | 6,3% |
| 2. Investimentos do Plano | 147,4 | 140,0 | 132,8 | -5,1% | -9,9% | 8,9% |
| 2.1 - Financiamento Nacional | 138,9 | 131,6 | 124,4 | -5,5% | -10,4% | 8,3% |
| 2.2 - Financiamento Comunitário | 8,5 | 8,4 | 8,4 | 0,0% | -0,7% | 0,6% |
| B. SUBSECTOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS | 1.152,9 | 1.139,6 | 1.068,1 | -6,3% | -7,4% | 71,2% |
| C. EMPRESAS PÚBLICA RECLASSIFICADAS | 0,8 | 0,8 | 0,5 | -37,5% | -33,8% | 0,0% |
| D. TOTAL NÃO CONSOLIDADO (A. + B. + C.) | 1.635,4 | 1.605,7 | 1.499,6 | -6,6% | -8,3% | 100,0% |
| E. Consolid. Transferênc. entre Subsectores | 275,2 | 263,0 | 230,2 | | | |
| E. TOTAL CONSOLIDADO (D. + E.) | 1.360,2 | 1.342,7 | 1.269,4 | -5,5% | -6,7% | |

Nota: Não inclui activos e passivos financeiros.

O orçamento do MAM para 2014 reflete a opção política de que a consolidação orçamental incidisse com maior ênfase nas verbas de funcionamento (-8,3% ou seja -27,1M€), e de entre estas, nas verbas provenientes do Orçamento de Estado (-9,0% ou -20,2 M€), em detrimento das verbas para investimento, estas últimas essenciais para manutenção do estímulo ao crescimento económico que tem sido particularmente evidente nas áreas tuteladas pelo MAM.

Com efeito, o orçamento do MAM para 2014 espelha a continuação do esforço de contenção da despesa que teve início com o ex-MAMAOT, e que culminou com a redução de 17 entidades e a integração de estruturas oriundas do ex-Ministério da Economia e Emprego e do Ministério da Educação e Ciência, designadamente do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM) e o Instituto de Meteorologia, IP (IM).



A análise da despesa permite constatar, no que concerne ao **subsector Estado** uma redução global de **7,4% (34,3M€)**, destacando-se a redução de cerca de 27,1M€ na despesa de funcionamento.

No que respeita ao subsector dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) regista-se um decréscimo de 6,3% (71,5M€) explicado, em grande medida, pela redução do orçamento do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP) ao nível da sua componente de funcionamento.

2.2. Análise Comparativa da Despesa por Subsectores de Atividade (dotações iniciais)

2.2.1. Subsector Estado

Orçamento de Funcionamento - Valores Globais

No âmbito do Subsector Estado, o montante do Orçamento de Funcionamento do MAM, para o ano de 2014, é de 298,2M€, dos quais 203,8M€ proveniente de receitas gerais (RG) e 94,4M€ de receitas próprias (RP), conforme quadro infra:

| Fonte de Financiamento | Unid.: M€; % | | | | | | |
|---|----------------|----------------|-----------------------|----------------|---------------------|-------------------|-----------------|
| | Orçamento 2012 | Orçamento 2013 | Orçamento 2013 RETIF. | Orçamento 2014 | O14 vs ORet13 (Δ %) | Estim. Exec. 2013 | Δ (%) |
| | (1) | (2) | (3) | (4) | 5 = [3 - 2] / 2 | (6) | 7 = [4 - 6] / 6 |
| Receitas Gerais | 219,7 | 230,9 | 224,0 | 203,8 | -9,0% | 212,6 | -4,1% |
| Receitas Próprias | 122,2 | 103,5 | 101,3 | 94,4 | -6,8% | 76,4 | 23,6% |
| Receitas Consignadas | 83,0 | 69,8 | 67,6 | 60,1 | -11,1% | - | - |
| Fundos Comunitários (Comp. Comunit. Proj. co-financ.) | 39,2 | 33,7 | 33,7 | 34,3 | 1,8% | - | - |
| TOTAL MAM | 342,0 | 334,4 | 325,3 | 298,2 | -8,3% | 289,0 | 3,2% |

Em 2014, o orçamento de funcionamento mantém a tendência de redução iniciada em 2012 e consolidada em 2013, sendo que em termos acumulados evidencia uma diminuição, face a 2012, de 12,8% (43,8M€). O esforço de racionalização em 2014, em relação ao **orçamento retificativo de 2013**, é superior ao realizado em anos anteriores pelo que a **diminuição no orçamento de funcionamento é de 8,3% (27,1M€)**, com maior incidência nas receitas gerais (ie provenientes do Orçamento de Estado), que se reduzem em 9,0% (20,2M€) e, em menor grau, em receitas próprias que se contraem 6,8% (6,9M€) mantendo-se, não obstante, a plena operacionalidade do Ministério.

A despesa financiada com **receitas consignadas** reduziu-se 11,1% (7,5M€), refletindo o esforço do Ministério no âmbito das medidas de consolidação orçamental. As grandes contribuições para este valor provêm da DGAV com uma redução de 7,2M€, e da DRAP Norte com uma redução de 2,2M€.

A análise do orçamento de funcionamento por entidade sustenta que a dotação inicial para 2014, quando comparada com os anos de 2012 e de 2013, evidencia um **decréscimo de despesa em todos os capítulos** da orgânica do MAM, com a exceção do **capítulo 02 - serviços gerais de apoio** que se deve essencialmente à agregação da reserva dos serviços no GPP, enquanto entidade coordenadora do programa operacional da agricultura, para permitir maior flexibilidade orçamental.



| Orçam. Funcionamento c/ cobertura Receitas Gerais | Unid.: M€; % | | | | | |
|---|----------------|----------------|----------------------|----------------|-----------------------|---------------------|
| | Orçamento 2012 | Orçamento 2013 | Orçamento 2013 RETIF | Orçamento 2014 | O14 vs ORet13 (valor) | O14 vs ORet13 (Δ %) |
| | (1) | (2) | (3) | (4) | [4 - 3] | [4 - 3] / 3 |
| Gab. Ministra (ex G-MAMAOT / G-MAM) * | 1,27 | 1,27 | 1,28 | 0,95 | -0,3 | -25,5% |
| Gab. Secretário de Estado da Agricultura | 0,66 | 0,66 | 0,63 | 0,57 | -0,1 | -10,1% |
| Gab. Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural | 0,76 | 0,76 | 0,72 | 0,57 | -0,1 | -20,9% |
| Gab. Secretário de Estado do Mar | 0,67 | 0,67 | 0,65 | 0,57 | -0,1 | -12,5% |
| Gab. Secretário de Estado da Alimentação e da Inv. Agroalimentar | - | - | - | 0,57 | | |
| CAPÍTULO 01 - GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO | 3,37 | 3,36 | 3,27 | 3,22 | -0,1 | -1,6% |
| Sec. Geral - Funcion./Transf. (ex-MAMAOT/MAM) | 4,5 | 8,0 | 7,6 | 7,5 | -0,3 | -1,1% |
| Secretaria-Geral - SME | 8,4 | 10,2 | 10,2 | 6,8 | -3,4 | -33,5% |
| Gabinete de Prevenção e Investigação dos Acidentes Marítimos | - | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,0 | 2,6% |
| Gabinete de Planeamento e Políticas - Funcionamento / GPP | 5,0 | 8,1 | 9,8 | 20,0 | 10,2 | 104% |
| Gabinete de Planeamento e Políticas - CEE | | | | | | |
| Comissão de Planeamento e Emergência da Agricultura | 0,1 | - | - | - | - | - |
| Inspecção Geral da Agricultura e Pescas | 2,1 | - | - | - | - | - |
| Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar / EMEPC | 4,2 | 3,3 | 3,2 | 2,5 | -0,6 | -20,1% |
| CAPÍTULO 02 - SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO E CONTROLO | 24,3 | 29,8 | 31,0 | 37,0 | 6,1 | 19,5% |
| Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural | 6,9 | 4,2 | 4,1 | 3,7 | -0,4 | -10,3% |
| Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta (ICNF) | 26,0 | 24,3 | 22,6 | 15,9 | -6,7 | -29,7% |
| Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura / DGRM | 4,5 | 6,2 | 6,1 | 5,0 | -1,2 | -17,4% |
| Direcção Geral de Política do Mar | - | 0,7 | 0,7 | 0,6 | -0,1 | -12,5% |
| Direcção-Geral da Veterinária / DGAV | 17,5 | 19,8 | 19,3 | 17,0 | -2,8 | -12,0% |
| IFAP - Transferências OE | 64,7 | 63,7 | 60,7 | 53,1 | -10,5 | -12,5% |
| CAPÍTULO 03 - SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO NO SECTOR DA AGRICULTURA, FLORESTAS E PESCAS | 119,7 | 118,9 | 113,5 | 95,3 | -21,7 | -16,0% |
| Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte | 17,1 | 16,3 | 15,9 | 14,9 | -1,3 | -5,9% |
| Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro | 13,2 | 12,6 | 12,3 | 11,1 | -1,5 | -9,7% |
| Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e VT | 7,1 | 7,2 | 7,0 | 6,0 | -1,2 | -14,2% |
| Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo | 9,0 | 8,6 | 8,3 | 7,2 | -1,4 | -13,4% |
| Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve | 4,9 | 5,0 | 4,9 | 4,5 | -0,6 | -9,1% |
| CAPÍTULO 04 - SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORD. TERRITÓRIO | 51,3 | 49,7 | 48,4 | 43,7 | -6,0 | -9,7% |
| Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I.P. - Transf. O.E - INIAV | 21,0 | 16,0 | 15,4 | 15,0 | -0,9 | -2,1% |
| Instituto Portugues do Mar e da Atmosfera, I.P. - Transf. O.E | - | 13,1 | 12,5 | 9,4 | -3,7 | -24,6% |
| CAPÍTULO 05 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO | 21,0 | 29,1 | 27,8 | 24,4 | -4,6 | -12,2% |
| SUB-TOTAL (MAM) FUNCIONAMENTO | 219,7 | 230,9 | 224,0 | 203,8 | -27,1 | -9,0% |
| DOTAÇÕES COM COBERTURA DE RECEITAS CONSIGNADAS | 122,2 | 103,5 | 101,3 | 94,4 | -9,1 | -6,8% |
| TOTAL MAM | 342,0 | 334,4 | 325,3 | 298,2 | -36,2 | -8,3% |

* Inclui, entre outros, o gabinete ministerial, secretariado, motoristas e outros serviços de apoio administrativo transversais ao Ministério.

Na medida em que se revela essencial assegurar a operacionalidade dos serviços, e tendo em conta que a execução do orçamento de 2014 será particularmente exigente, foi entendido que as entidades com maior capacidade de gerar receita própria estariam em melhores condições de acomodar menores transferências do orçamento do Estado, conforme se evidencia na tabela acima.

**2.2.2. Subsector Serviços e Fundos Autónomos (SFA)**

No que respeita ao subsector dos SFA, se comparado o orçamento proposto para 2014 com a dotação inscrita no orçamento rectificativo de 2013 corrigido das alterações orgânicas, verifica-se uma **redução de 6,2% (70,8M€)**, que se explica, em larga medida, pela **redução dos orçamentos do IFAP, IPMA e ICNF**, conforme quadro infra:

| Organismo | Orçamento | Orçamento | Orçamento | Orçamento | Unid.: M€; % |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|
| | 2012 | 2013 | 2013 RETIF | 2014 | O14 vs ORet13 |
| | (1) | (2) | (3) | (4) | (Δ %) |
| Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) | 11,8 | 11,0 | 10,5 | 10,2 | -2,2% |
| Inst. Financ. Agricultura e Pescas (IFAP) | 1.037,0 | 969,1 | 963,4 | 925,5 | -3,9% |
| Inst. Dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP) | 9,6 | 9,7 | 9,1 | 9,0 | -0,7% |
| Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV) | 40,9 | 26,5 | 23,8 | 24,6 | 3,4% |
| Inst. Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) | 66,9 | 76,3 | 74,5 | 61,8 | -17,1% |
| Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) | - | 45,3 | 43,3 | 29,2 | -32,5% |
| Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais (FSSAM) | - | 15,0 | 15,0 | 7,7 | -48,9% |
| Sub-Total | 1.166,2 | 1.152,9 | 1.139,6 | 1.068,1 | -6,3% |
| Transferências Internas | 2,6 | 4,4 | 4,4 | 3,7 | -15,9% |
| TOTAL | 1.163,6 | 1.148,5 | 1.135,2 | 1.064,4 | -6,2% |
| Por memória: | | | | | |
| Activos Financeiros (Agrupamento 09) | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | |
| Passivos Financeiros (Agrupamento 10) | 1,0 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | |
| TOTAL | 1,1 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | |

Notas:

- a) No IFAP, o orçamento foi expurgado das operações de adiantamento de fundos europeus junto do IGCP e ao pagamento de ajudas diretas no âmbito do 1º Pilar da PAC;
- b) Em 2013 o Fundo Florestal Permanente foi transferido do IFAP para o ICNF. Em 2012 o valor considerado para o ICNF inclui a AFN e o ICNB;
- c) Em 2012 o INRB (INIAV) incluía competências (IPIMAR) que transitaram para o IPMA em 2013.

Tal como os Serviços Integrados no Subsector Estado, também os Serviços e Fundos Autónomos são afectados de forma transversal pela aplicação da Tabela Remuneratória Única, sendo o impacto desta medida dependente da estrutura de despesa e de recursos humanos particular a cada caso.

O orçamento do ICNF reflete o impacto da tabela remuneratória única no funcionamento do organismo, que é mais acentuado devido ao elevado número de trabalhadores deste Instituto, bem como as alterações ao Fundo Florestal Permanente (FFP), que apenas inscreveu despesa proporcional ao valor arrecadado em 2012, em conformidade com as orientações emanadas do Ministério das Finanças. Não obstante, encontram-se asseguradas as ações necessárias em matéria de prevenção de incêndios.

A expectável aquisição do navio oceânico de investigação (9,5M€) ainda no corrente ano e o impacto da tabela remuneratória no IPMA constituem os principais factores que contribuem para a redução orçamental de 14,1M€.



No IFAP, conforme já referido, regista-se uma redução de 3,9% (37,9M€) na sua componente de funcionamento. A alteração de regras comunitárias, designadamente o fim do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar aos Mais Carenciados (PCAAC) que será substituído pelo Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas do Fundo Social Europeu contribui decisivamente para esta diminuição do orçamento do IFAP.

O Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais sofreu um reajustamento da despesa inscrita para 2014, face à receita orçamentada em 2013, em virtude das orientações, em matéria orçamental, determinadas pelo Ministério das Finanças quanto à orçamentação de receitas próprias que difiram dos valores executados em 2012.

O INIAV verá a sua dotação reforçada com vista a dotar o organismo dos meios necessários para proceder a uma efectiva reestruturação da sua rede laboratorial, e a orientar a investigação, que se pretende aplicada e em articulação com a academia e a indústria, para o desenvolvimento de soluções que potenciem aumentos de produtividade em cada sector.

2.2.3. Entidades Públicas Reclassificadas (EPR)

As EPR (nos termos do nº 5 do artigo 2ª da Lei do Enquadramento Orçamental - Lei n.º 55/2011, de 13 de outubro) sob a tutela do MAM reduzem-se à Tapada Nacional de Mafra - Centro Turístico, que regista um decréscimo de 0,3M€ face à dotação inicial do ano de 2013.

| Organismo | Orçamento | Orçamento | Orçamento | Orçamento | Unid.: M€; % |
|---|------------|------------|------------|------------|------------------------|
| | 2012 | 2013 | 2013 RETIF | 2014 | O14 vs ORet13 (Δ %) |
| | (1) | (2) | (3) | (4) | [4 - 3] / 3 |
| Tapada Nacional de Mafra - Centro Turístico | 0,8 | 0,8 | 0,8 | 0,5 | -30,8% |
| TOTAL | 0,8 | 0,8 | 0,8 | 0,5 | -30,8% |

A redução no orçamento da Tapada Nacional de Mafra, pese embora os valores residuais em questão, decorre da baixa execução da receita própria em 2012, bem como da previsão para o corrente ano.



2.3. Análise do Orçamento Global, por Agrupamento de Despesa

A análise do orçamento inicial por agrupamento de despesa permite salientar a relevância das transferências correntes e de capital cujo peso representa, em termos agregados, cerca de 60% do orçamento, seguidas das despesas com pessoal com cerca de 16% e o pagamento de subsídios com cerca de 11% do orçamento.

| | | Unid.: M€ | Unid.: % |
|---------------------|------------------------------|----------------|-------------|
| Agrupamento | Designação | Orçamento 2014 | Peso (%) |
| 01 | Despesas com Pessoal | 202,2 | 16% |
| 02 | Aquisição de Bens e Serviços | 102,7 | 8% |
| 03 | Juros e Outros Encargos | 3,4 | 0% |
| 04 | Transferências Correntes | 378,6 | 30% |
| 05 | Subsídios | 136,7 | 11% |
| 06 | Outras Despesas Correntes | 13,7 | 1% |
| 07 | Aquisição de Bens de Capital | 50,1 | 4% |
| 08 | Transferências de Capital | 380,7 | 30% |
| 11 | Outras Despesas de Capital | 1,2 | 0% |
| Subtotal | | 1.269,4 | 100% |
| Por memória: | | | |
| 09 | Ativos Financeiros | 0,1 | 0% |
| 10 | Passivos Financeiros | 0,5 | 0% |
| TOTAL | | 1.270,0 | 100% |

As transferências correntes, de capital, tal como a parte da despesa inscrita em subsídios que representa a contrapartida nacional, enquadram em larga medida os apoios ao nível dos sectores agrícola e das pescas (PRODER e PROMAR), financiados na sua maioria por fundos europeus.

Em termos evolutivos, e considerando apenas o financiamento nacional, observa-se uma redução deste em cerca de 20% de 2011 para 2014, o que corresponde a uma taxa de redução média anual de 7%, conforme o quadro *infra*:



DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO POR AGRUPAMENTO DE DESPESA

Financiamento nacional (exclui fontes comunitárias)

Unid.: M€; %

| Class. Econ. | Designação | 2011 | 2012 | 2013 | 2013 | 2014 OE | O14 vs O11 | O14 vs O11 |
|--------------|------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|-------------|
| | | Inicial * | Inicial * | Inicial | RETIF | Inicial | (valor) | (Δ %) |
| | | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | [5 - 1] | [5 - 1] / 1 |
| 01 | Pessoal | 241,3 | 198,8 | 205,3 | 209,1 | 197,2 | -44,1 | -18% |
| 02 | Aquis. Bens e Serviços | 105,7 | 91,5 | 96,6 | 92,6 | 83,2 | -22,5 | -21% |
| 03 | Juros e Outros Encargos | 1,6 | 4,3 | 6,3 | 4,3 | 3,4 | 1,8 | 113% |
| 04 | Transferências Correntes | 96,1 | 99,1 | 94,9 | 96,8 | 85,8 | -10,3 | -11% |
| 05 | Subsídios | 32,2 | 24,7 | 29,2 | 29,2 | 21,3 | -10,9 | -34% |
| 06 | Outras Despesas correntes | 12,3 | 9,8 | 15,0 | 2,9 | 13,7 | 1,4 | 12% |
| 07 | Aquisição de Bens de Capital | 34,4 | 31,9 | 27,1 | 22,2 | 19,2 | -15,2 | -44% |
| 08 | Transf. Capital | 88,8 | 77,3 | 69,2 | 69,1 | 68,8 | -20,0 | -23% |
| 11 | Outras Despesas Capital | 2,3 | 1,5 | 1,2 | 1,2 | 1,2 | -1,0 | -45% |
| TOTAL | | 614,8 | 538,8 | 544,9 | 527,4 | 493,9 | -120,9 | -20% |

* Inclui ICNB e ICNF, IPMA e IPTM.

Sublinha-se que o financiamento nacional, constante do orçamento do MAM, afecto a investimento reduziu-se menos, no período em apreço, que a redução média do orçamento. Apesar do exposto garantiu-se a contrapartida nacional para investimentos produtivos no âmbito do PRODER e do PROMAR.

A despesa com pessoal tem vindo a reduzir-se no Ministério da Agricultura e do Mar por via das sucessivas reformas, em que o ministério foi pioneiro, e do ritmo de aposentações, que tem vindo a acelerar em anos recentes. Acresce ao exposto as medidas de contenção da despesa determinadas por este governo, e que afectam a Administração Pública de forma transversal.

Salienta-se, não obstante, a significativa redução nos consumos intermédios que se situou em 21% (22,5M€) no período de 2011 até 2014.

A evolução registada na rubrica juros e outros encargos prende-se com o aumento do volume de operações de financiamento comunitário, em razão do aumento de investimentos aprovados no PRODER/PROMAR, e aos adiantamentos que são financiados junto do IGCP.

A rubrica outras despesas correntes engloba a reserva dos serviços, operações relativas a IVA de alguns organismos e despesas jurídicas.



3. Investimento do MAM

3.1. Enquadramento

Prosseguiu-se, na elaboração do orçamento para 2014, a orientação política definida e executada em anos anteriores que visa assegurar, em sede orçamental, as dotações que servem de contrapartida nacional dos fundos comunitários dos vários programas e projectos cofinanciados, designadamente dos programas PRODER e do PROMAR, que conduzirão à sua execução completa até ao final dos programas, por forma a evitar a devolução de verbas que ocorreu no anterior executivo.

Em 2014 foi alocada a investimento uma dotação de **124,4M€** representando cerca de **38 %** do *plafond* atribuído em sede de Receitas Gerais (Componente OE) ao MAM, o que representa um aumento de um ponto percentual face ao orçamento rectificativo de 2013.

Acresce, ao exposto, que o orçamento de investimento para 2014 nas áreas do MAM foi elaborado tendo em vista prosseguir os objectivos consagrados no Programa do Governo, sendo de destacar:

- ✓ No sector agro-florestal políticas públicas visando o crescimento económico sustentável, a criação de emprego e a coesão territorial;
- ✓ Assegurar as dotações para contrapartidas internas dos fundos comunitários dos vários programas e projectos cofinanciados que permitam a execução completa até ao final do período;
- ✓ Assegurar as dotações dos vários projectos de financiamento exclusivamente nacional considerados prioritários, designadamente:
 - SIPAC, linhas de crédito e controlo de resíduos, no âmbito do setor da agricultura;
 - Sistema de informação e Comunicações - VTS, Dragagens e Intervenções de Emergência nos Portos do Norte, Centro e Sul e Aquisição de um Navio Oceânico, no âmbito do sector do Mar; e
 - Reestruturação da Rede de Laboratórios.
- ✓ O desenvolvimento das políticas para o Mar tendo por base a Política Marítima Integrada da União Europeia e como matriz orientadora a Estratégia Nacional para o Mar com vista a promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável do sector da pesca, assegurando as dotações nacionais necessárias à absorção dos fundos comunitários disponíveis para a execução da Política Comum de Pesca, incluindo a Organização Comum do Mercado, o Controlo e a fiscalização da pesca e a Recolha de Dados. Será, também, executado um conjunto de programas nacionais de que se destaca a simplificação processual e a melhoria dos sistemas de informação e comunicações, Prosseguir-se-á a reestruturação no domínio da segurança e dos serviços marítimos, iniciando-se um sistema de gestão para a qualidade das atividades operacionais. Prosseguir-se-á, igualmente, o desenvolvimento e a melhoria das atividades operacionais e das infraestruturas bem, como da segurança dos sistemas de controlo e fiscalização do tráfego marítimo.



O orçamento do MAM para o ano de 2014 corresponde ao programa orçamental P011 - Agricultura e Mar que se desenvolve por 8 medidas, das quais destacam-se: (i) 5 no âmbito da “Agricultura Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca”; (ii) 1 no âmbito dos “Serviços Gerais da Administração Pública”; e (iii) 1 no âmbito dos “Transporte e Comunicações”, sendo que as 8 medidas envolvem um total de 61 projectos.

O orçamento do MAM integra, na sua componente de Investimento, 8 serviços (4 SI e 4 SFA), entre os quais repartem-se os projetos inscritos no orçamento:

- Serviços Integrados (SI) - 39 projetos
 - DGRM - 27 projetos;
 - DGPM - 10 projetos;
 - DGAV - 1 projeto; e
 - GPP - 1 projeto.

- Serviços e Fundos Autónomos (SFA) - 22 projetos:
 - IFAP - 10 projetos;
 - IPMA - 9 projetos;
 - INIAV - 2 projetos; e
 - ICNF - 1 projeto.



3.2. Investimento - Agricultura e Florestas

Como instrumento de política tem papel de destaque o **Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007/2013 - PDR C (PRODER)**, através da execução das medidas relativas ao reforço da competitividade do sector agrícola e florestal, à promoção e sustentabilidade do espaço rural e dos recursos naturais e à revitalização económica e social das zonas rurais. Merece, igualmente, referência o **Programa da Rede Rural Nacional (PRRN)**, tendo por objectivo a promoção da transferência de boas práticas e novos conhecimentos para os agentes de desenvolvimento rural, bem como, incentivar a cooperação entre intervenientes e entre territórios, sendo a sua gestão efectuada em conjunto com a gestão do PRODER

A despesa pública PRODER e PRRN, incluindo o valor do FC registado em operações extra-orçamentais (43,6M€) é de **638,0 M€**, mantendo-se o mesmo valor de 2013 por decisão política.

O orçamento de Investimento deste Programa teve em conta todos os contextos de evolução da componente de cofinanciamento comunitário, pelo que ficou definido na proposta de Lei do OE para 2014 a **possibilidade de reforço** até ao montante de **50M€** tendo contrapartida verbas não utilizadas e inscritas noutros Programas Orçamentais, a par de outros reforços com origem no **FPC (4,5M€)** e no **IVV (2M€)**.

O PRODER será executado de modo a assegurar o aproveitamento integral das dotações comunitárias disponíveis, sendo garantidas as necessárias contrapartidas nacionais para os fundos comunitários.

No âmbito do próximo Quadro Comunitário foi inscrito o projecto “**PDR - Programa de Desenvolvimento Rural**” (2014-2020), no qual Portugal conseguiu assegurar cerca de 500M€, a serem usados até 2016, os quais não carecem de contrapartida nacional. Em 2014, como nos anos seguintes, utilizar-se-á o máximo montante possível daquele montante sem contrapartida como via de fomentar o investimento no sector.

O apoio ao sector terá em conta outras medidas, em consonância com os objectivos definidos, destacando-se, entre outras, as medidas já desenvolvidas em anos anteriores:

- ✓ As Linhas de Crédito de Apoio ao Sector Agrícola “Apoio ao Sector Agrícola, Florestal e Agro-alimentar”, “Apoio ao Sector Pecuária Intensiva” e “Apoio à Atividade Agro-Alimentar - Curto Prazo” (3,8M€ de despesa pública);
- ✓ As medidas de protecção fitossanitária, com relevo para a erradicação da doença do Nemátodo do Pinheiro, através do Programa “**PROLUNP**” - Programa Nacional de Luta Contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro (0,6M€ de despesa pública); e
- ✓ O “Plano Nacional de Controlo de Resíduos nas Matérias - Primas de Origem Animal” (0,4M€ de despesa pública).



No âmbito dos investimentos na área florestal são de destacar as seguintes medidas:

- ✓ Conclusão do Inventário Florestal Nacional;
- ✓ Revisão dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal;
- ✓ Implementação das medidas de controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro e de outras ações ligadas ao problema crescente da sanidade da floresta nacional, como seja o lançamento do estudo sobre a mortalidade do sobreiro e da azinheira, bem como do plano de ação para o controlo do cancro resinoso do pinheiro;
- ✓ Execução de ações de prevenção estrutural no âmbito do sistema nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- ✓ Verbas no montante de cerca de 3,1 M€ para a gestão de matas nacionais e perímetros florestais sob a gestão do Estado, incluindo infraestruturas associadas.



3.3. Investimento - Mar

Em termos genéricos, a estratégia de desenvolvimento para o Mar, refletida no Orçamento de 2014, será desenvolvida de modo a:

- ✓ Garantir a execução do Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR), principal instrumento dinamizador do sector da pesca, onde se enquadram investimentos destinados a melhorar a competitividade e sustentabilidade das empresas, nomeadamente através da aposta na inovação, no aumento e diversificação da produção aquícola, na melhoria da eficiência energética, bem como em investimentos destinados a promover o desenvolvimento das zonas de pesca costeiras através da criação de atividades complementares da pesca que contribuam para a economia regional;
- ✓ Promover o investimento nas áreas de tecnologias de informação, fundamentais para dar cumprimento a obrigações europeias, nomeadamente no que se refere ao Sistema de Informação e Comunicações - VTS; ao Sistema de Informação Electrónica que inclui o “Plano Nacional de Navios em Dificuldade”, e ainda ao Sistema Integrado de Informação das Pescas (SI2P) responsável pelo sistema de gestão e de comunicações dos programas cofinanciados, e pela gestão da informação necessária ao cumprimento das obrigações da Política Comum das Pescas, e os módulos do sistema de gestão e comunicações dos vários programas cofinanciados, assegurando ainda, a produção da informação estatística do sector da pesca;
- ✓ Reforçar a investigação científica promovendo o alargamento do conhecimento do meio marinho tendo em vista nomeadamente, a obtenção de informação de suporte às decisões de gestão do mar e das atividades que nele se desenvolvem. Serão reforçados os meios disponíveis e estimulado o desenvolvimento de programas de investigação em articulação com operadores do sector produtivo;
- ✓ Promover o desenvolvimento, conservação e ordenamento de várias estruturas portuárias, permitindo melhores condições de operacionalidade e segurança nos portos, e núcleos de recreio e, ao mesmo tempo reduzindo o impacto ambiental.

Privilegiaram-se as dotações referentes às medidas com apoios europeus, quer estas se insiram no PROMAR com 36,4 M€ de despesa pública (cofinanciadas pelo FEP), quer sejam medidas cofinanciadas através de outros regulamentos, como seja o Reg. (CE) n.º 861/2006, de 22 de Maio, que apoia financeiramente determinadas vertentes da execução da Política Comum das Pescas (PCP), nomeadamente o “Programa Nacional de Recolha de Dados” (0,4 M€ de despesa pública) desenvolvido pela DGRM e o “Programa Nacional de Amostragem” (2,2 M€ de despesa pública) da responsabilidade do IPMA, e, ainda, o projeto “Integração de Sistemas de Controlo da Atividade da Pesca (0,8 M€ de despesa pública) inscrito no IFAP, que se destina ao controlo e fiscalização da atividade da pesca.

Destaca-se, também, ao nível do reforço da investigação científica, os projetos da responsabilidade do IPMA como o “Desenvolvimento sustentado da Aquicultura” (1,1M€ de despesa pública), a “Instalação de Radar Meteorológico na Região Norte” (0,2M€), a “Edificação de Radar de



Observação Meteorológica na Região Autónoma da Madeira” (0,1M€) e o “Sistema de Detecção, Localização, Processamento e Arquivo de Raios na RAM” (0,1M€).

Complementarmente, os Projetos não cofinanciados visam, fundamentalmente, assegurar as dotações necessárias ao cumprimento de compromissos assumidos a nível europeu, como sejam o caso dos Projetos: “Sistema de Informação e Comunicações -VTS (2,6M€), “Desenvolvimento do MONICAP/SIFICAP” (0,6M€), essencial à atividade de controlo e vigilância, bem como o projeto “Racionalização dos Serviços de Administração das Pescas” (0,6M€), que visa assegurar o adequado funcionamento do Sistema Integrado de Informação das Pescas (SI2P). Acrescem, ainda, os projetos relativos a intervenções nos portos de pesca da responsabilidade da DGRM, com destaque pelo seu valor, para o projeto “Intervenções de Beneficiação nos Portos do Sul” (0,9 M€), o projeto “Dragagens e Intervenções de Emergência nos Portos do Norte, Centro e Sul-DGRM” (0,6M€), e o projeto “Porto de Peniche” (0,4M€).



3.4. Quadros Síntese

Os quadros seguintes permitem observar os valores alocados ao Investimento do MAM, nas suas várias áreas de intervenção, quer em termos de dotação exclusivamente nacional, quer em termos da contribuição comunitária e da despesa pública global, bem como, a comparação dos valores inscritos no orçamento em 2013 e 2014.

Do *plafond* atribuído ao MAM em 2014 salienta-se que se assegurou, num contexto de consolidação orçamental, a manutenção do cofinanciamento nacional para os programas de investimento produtivo PRODER e PROMAR com vista a assegurar que o investimento se mantém aos níveis de 2013.

De referir que no Programa P011, da responsabilidade do MAM, o FN (RG Cap. 50) permite gerar um muito significativo investimento público global correspondendo a **cerca de 5 vezes aquele valor**.

O Financiamento Comunitário previsto, no valor de **529,2M€** representa 39,7% do valor do FC da componente de Investimento de todos os programas orçamentais (**1.333M€**) ocupando o 1.º lugar face aos restantes.

O Investimento global (DP) dos programas e projetos cofinanciados (**639,9M€**) corresponde a **97,2%** da despesa total do mesmo (**658,2M€**). A dotação nacional associada à contrapartida interna (CI), considerando as Receitas Gerais (componente OE) (100,7M€) e as Receitas Próprias (4,5M€) permite alavancar uma despesa pública 6 vezes superior, de **639,9M€**.

Dos programas cofinanciados (excluindo dotações registadas em operações extraorçamentais-IFAP) destacam-se os PRODER e PRRN (594,4M€), o PROMAR (36,4M€) (excluindo dotações registadas em operações extraorçamentais-IFAP).

A par das medidas contempladas nos Programas acima referidos existem ainda outras medidas de apoio na área de intervenção do MAM, financiadas por verbas exclusivamente nacionais, sendo de destacar, pelo seu impacto financeiro, o valor atribuído ao SIPAC com 6,0M€ e às Linhas de Crédito ao apoio do sector agrícola, com cerca de 3,8M€.

Numa análise por entidade, destaca-se pelo seu peso no investimento global do ministério o IFAP, I.P. (96,1%), a DGRM (1,5%) e o IPMA, I.P. (1,1%). Todos os restantes serviços/entidades têm um peso inferior a 1% no total da Despesa Pública associada ao investimento do Programa Orçamental.



MAM - OE 2014 - SÍNTESE DO INVESTIMENTO (DESPESA PÚBLICA) POR PROGRAMA

Unid.: M€

| PROGRAMAS | CAP. 50 OE | | | | | OUTRAS FONTES | | | TOTAL INVESTIMENTO |
|---|-----------------|------------------|------------------|------------------------------|----------------------|-------------------|------------------|--|--------------------|
| | RECEITAS GERAIS | NÃO COFINANCIADO | CONTRAP. INTERNA | AUTOFINANC. CONTRAP. INTERNA | DESP C/C R. COMUNIT. | AUTOFINANCIAMENTO | | SUBVENÇÃO COMUNITÁRIA (SEM AGRUP 12) (b) | |
| | | | | | | NÃO COFINANCIADO | CONTRAP. INTERNA | | |
| I - AGRICULTURA | 106,2 | 15,8 | 90,4 | - | 3,8 | - | 4,5 | 491,1 | 605,6 |
| RURAL DO CONTINENTE (2007 - 2013) - PRODER (a) | 95,5 | 5,1 | 90,4 | - | 3,8 | - | 4,5 | 490,6 | 594,4 |
| 2 - PDR - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (2014 - 2020) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 3 - OUTROS PROJECTOS COFINANCIADOS | 0,1 | - | 0,1 | - | - | - | - | 0,5 | 0,6 |
| 4 - PROJECTOS NÃO COFINANCIADOS | 10,6 | 10,6 | - | - | - | - | - | - | 10,6 |
| II - MAR | 18,3 | 8,0 | 10,2 | - | 4,6 | - | - | 29,7 | 52,6 |
| 1 - PROMAR | 9,0 | 0,2 | 8,8 | - | 2,9 | - | - | 24,5 | 36,4 |
| 2 - OUTROS PROJECTOS COFINANCIADOS | 1,7 | 0,2 | 1,5 | - | 1,7 | - | - | 5,2 | 8,6 |
| 3 - PROJECTOS NÃO COFINANCIADOS | 7,6 | 7,6 | - | - | - | - | - | - | 7,6 |
| Total Geral | 124,5 | 23,8 | 100,7 | - | 8,4 | - | 4,5 | 520,8 | 658,2 |

Fonte: SÍGO

NOTAS:

(a) Neste projecto o valor da Contrapartida Interna corresponde a transferências.

(b) A coluna "Subvenção Comunitária não inclui a Dotação do agrupamento 12, num total de 196,9M€, relativos aos programas "PRODER - PDR - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (2007 - 2013)"; "PRODER - PDR - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (2014 - 2020)"; "PROMAR" e outros projectos cofinanciados.

MAM - OE 2014 - SÍNTESE DO INVESTIMENTO (DESPESA PÚBLICA) POR MEDIDA

Unid.: M€

| SERVIÇO | N.º DE PROJ.S | CAP. 50 OE | | | | | OUTRAS FONTES | | | TOTAL INVESTIMENTO |
|--|---------------|-----------------|------------------|------------------|------------------------------|----------------------|-------------------|------------------|--------------------------------------|--------------------|
| | | RECEITAS GERAIS | NÃO COFINANCIADO | CONTRAP. INTERNA | AUTOFINANC. CONTRAP. INTERNA | DESP C/C R. COMUNIT. | AUTOFINANCIAMENTO | | SUBVENÇÃO COMUNITÁRIA (SEM AGRUP 12) | |
| | | | | | | | NÃO COFINANCIADO | CONTRAP. INTERNA | | |
| M004 - SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL | 4 | 0,5 | 0,0 | 0,4 | - | - | - | - | 2,8 | 3,3 |
| M037 - SERV. CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - DESPORTO, RECREIO E LASER | 3 | 0,1 | 0,1 | - | - | - | - | - | - | 0,1 |
| M040 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO | 18 | 3,8 | 3,7 | 0,2 | - | 2,6 | - | - | - | 6,5 |
| M041 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - INVESTIGAÇÃO | 5 | 0,8 | 0,3 | 0,5 | - | - | - | - | 1,9 | 2,7 |
| M042 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - AGRICULTURA E PECUÁRIA | 7 | 105,8 | 15,5 | 90,4 | - | 3,8 | - | 4,5 | 490,6 | 604,7 |
| M043 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - SILVICULTURA | 1 | 0,1 | - | 0,1 | - | - | - | - | 0,5 | 0,6 |
| M045 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - PESCA | 20 | 13,0 | 4,0 | 8,9 | - | 1,5 | - | - | 25,1 | 39,5 |
| M057 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS | 3 | 0,4 | 0,2 | 0,2 | - | 0,5 | - | - | - | 0,8 |
| Total Geral | 61 | 124,5 | 23,8 | 100,7 | - | 8,4 | - | 4,5 | 520,8 | 658,2 |

Fonte: SÍGO

**MAM - OE 2014 - SÍNTESE DO INVESTIMENTO (DESPESA PÚBLICA) POR PROGRAMA
QUADRO COMPARATIVO 2013 - 2014**

Unid.: M€

| PROGRAMAS / PROJECTOS | 2013 | | | 2014 | | | VARIACÃO (%) | | |
|--|----------------------|----------------------|--------------|----------------------|----------------------|--------------|----------------------|----------------------|-------------|
| | FN (Capº 50 e OF) | FC (Capº 50 e OF) | DP | FN (Capº 50 e OF) | FC (Capº 50 e OF) | DP | FN (Capº 50 e OF) | FC (Capº 50 e OF) | DP |
| I - AGRICULTURA | 115,7 | 492,2 | 607,9 | 110,7 | 494,9 | 605,6 | -4% | 1% | 0% |
| 1 - PDR C - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE (2007 - 2013) - PRODER | 100,1 | 488,2 | 588,2 | 100,0 | 494,4 | 594,4 | 0% | 1% | 1% |
| RRN | 0,5 | 1,0 | 1,5 | | | | | | |
| 2 - PDR - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (2014 - 2020) (a) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 3 - OUTROS PROJECTOS COFINANCIADOS | 1,5 | 3,0 | 4,5 | 0,1 | 0,5 | 0,6 | -95% | -83% | -87% |
| 4 - PROJECTOS NÃO COFINANCIADOS | 13,7 | - | 13,7 | 10,6 | - | 10,6 | -22% | 0% | -22% |
| II - MAR | 23,2 | 36,5 | 59,7 | 18,3 | 34,3 | 52,6 | -21% | -6% | -12% |
| 1 - PROMAR | 8,1 | 20,7 | 28,7 | 9,0 | 27,4 | 36,4 | 11% | 33% | 27% |
| 2 - OUTROS PROJECTOS COFINANCIADOS | 4,0 | 15,8 | 19,8 | 1,7 | 6,9 | 8,6 | -57% | -57% | -57% |
| 3 - PROJECTOS NÃO COFINANCIADOS | 11,2 | - | 11,2 | 7,6 | - | 7,6 | -32% | 0% | -32% |
| Total Geral | 138,9 | 528,7 | 667,6 | 129,0 | 529,2 | 658,2 | -7% | 0% | -1% |

Fonte: SIGO

NOTAS:

(a) Projecto inscrito apenas com Financiamento Comunitário no Agrupamento 12 (Operações extra-orçamentais)

**MAM - OE 2014 - SÍNTESE DO INVESTIMENTO (DESPESA PÚBLICA) POR SERVIÇO
QUADRO COMPARATIVO 2013 - 2014**

Unid.: M€

| SERVIÇOS | 2013 | | | 2014 | | | VARIACÃO (%) | | |
|--------------------|----------------------|----------------------|--------------|----------------------|----------------------|--------------|----------------------|----------------------|------------|
| | FN (Capº 50 e OF) | FC (Capº 50 e OF) | DP | FN (Capº 50 e OF) | FC (Capº 50 e OF) | DP | FN (Capº 50 e OF) | FC (Capº 50 e OF) | DP |
| SI | 14,7 | 8,5 | 23,1 | 9,8 | 8,4 | 18,2 | -33% | -1% | -21% |
| DGAV | 0,5 | - | 0,5 | 0,4 | - | 0,4 | -15% | 0% | -15% |
| DGPM | 0,5 | 1,3 | 1,8 | 0,3 | 2,6 | 2,9 | -42% | 103% | 63% |
| DGRM | 12,2 | 2,5 | 14,7 | 8,0 | 1,9 | 9,9 | -35% | -21% | -32% |
| GPP | 1,4 | 4,7 | 6,1 | 1,1 | 3,8 | 4,9 | -25% | -19% | -20% |
| SFA | 124,2 | 520,2 | 644,5 | 119,2 | 520,8 | 640,0 | -4% | 0% | -1% |
| ICNF | 0,5 | 3,0 | 3,5 | 0,1 | 0,5 | 0,6 | -83% | -83% | -83% |
| IFAP | 120,3 | 503,7 | 624,0 | 117,5 | 514,7 | 632,2 | -2% | 2% | 1% |
| INIAV | 0,4 | - | 0,4 | 0,3 | - | 0,3 | -15% | 0% | -15% |
| IPMA | 3,1 | 13,5 | 16,6 | 1,3 | 5,6 | 6,9 | -59% | -58% | -58% |
| Total Geral | 138,9 | 528,7 | 667,6 | 129,0 | 529,2 | 658,2 | -7% | 0% | -1% |

Fonte: SIGO

3.4.1. Investimento PRODER
PRODER E PRRN 2013 - 2014

Unid.: M€

| ENT. RESP. | COD. PROJ. | DESIGNAÇÃO | 2013 | | | | | | | | | 2014 | | | 2013 - EXEC FACE À DOT. AJUST (%) | | |
|---------------------|------------|---|--------------|--------------|------------|--------------------------|--------------|--------------|-------------------------|--------------|--------------|-----------------|--------------|--------------|-----------------------------------|--------------|--------------|
| | | | DOT. INICIAL | | | DOT. AJUSTADA (SETEMBRO) | | | EXECUÇÃO (ATÉ SETEMBRO) | | | DOTAÇÃO INICIAL | | | FN | FC | DP |
| | | | FN | FC | DP | FN | FC | DP | FN | FC | DP | FN | FC | DP | | | |
| IFAP | 06015 | ASSISTÊNCIA TÉCNICA PDR C (PRODER) | 2,1 | 2,9 | 0,0 | 1,8 | 2,5 | 4,3 | 0,2 | 0,1 | 0,3 | 1,4 | 3,1 | 4,5 | 10,8% | 3,0% | 6,2% |
| IFAP | 05991 | PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE | 58,7 | 279,2 | 0,0 | 41,1 | 221,8 | 263,0 | 32,5 | 174,7 | 207,2 | | | | 79,0% | 78,7% | 78,8% |
| IFAP | 06012 | GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL | 26,9 | 145,3 | 0,0 | 35,1 | 196,7 | 231,7 | 33,6 | 181,0 | 214,6 | | | | 95,8% | 92,0% | 92,6% |
| IFAP | 06013 | LEADER PDR | 11,0 | 56,1 | 0,0 | 10,4 | 61,8 | 72,1 | 8,9 | 45,2 | 54,1 | | | | 86,3% | 73,2% | 75,0% |
| IFAP | 09295 | PDR - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (2007 - 2013) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | n.e. | n.e. | n.e. |
| IFAP | 06446 | RRN | 0,5 | 1,0 | 0,0 | 0,4 | 1,7 | 2,1 | 0,3 | 1,6 | 1,9 | 97,5 | 487,5 | 585,0 | 78,5% | 93,9% | 90,8% |
| GPP | 07955 | ASSISTÊNCIA TÉCNICA PDR C (PRODER) | 1,4 | 4,7 | 0,0 | 1,1 | 4,7 | 5,8 | 0,4 | 1,9 | 2,3 | 1,1 | 3,8 | 4,9 | 40,1% | 39,5% | 39,6% |
| TOTAL PRODER | | | 100,6 | 489,2 | 0,0 | 89,9 | 489,2 | 579,1 | 76,0 | 404,4 | 480,4 | 100,0 | 494,4 | 594,4 | 84,5% | 82,7% | 83,0% |

Fonte: SIGO

Nota: O financiamento comunitário não inclui a dotação inscrita em Operações Extra-Orçamentais - Agrupamento 12 (2013: 43,1M€, PRODER 42,0M€ e PRRN 1,2M€ e 2014: PRODER EPRRN 43,6M€)

3.4.2. Investimento PROMAR
PROMAR 2013 - 2014

Unid.: M€

| ENT. RESP. | COD. PROJ. | DESIGNAÇÃO | 2013 | | | 2014 | | | 2013 - EXEC FACE À DOT. AJUST (%) | | | | | | | | |
|---------------------|------------|--|--------------|-----------|-----------|--------------------------|-----------|-----------|-----------------------------------|----------|-----------|-----------------|-----------|-----------|--------------|--------------|--------------|
| | | | DOT. INICIAL | | | DOT. AJUSTADA (SETEMBRO) | | | EXECUÇÃO (ATÉ SETEMBRO) | | | DOTAÇÃO INICIAL | | | | | |
| | | | FN | FC | DP | FN | FC | DP | FN | FC | DP | FN | FC | DP | FN | FC | DP |
| IFAP | 06499 | ASSISTENCIA TECNICA PROMAR - O.I. | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | - | 0,0 | 0,2 | 0,1 | 0,0 | 13,6% | - | 12,4% |
| IFAP | 09293 | PROMAR - PROGRAMA OPERACIONAL DA PESCA (2007 - 2013) | 6,7 | 18,1 | 24,8 | 5,7 | 18,1 | 23,8 | 1,6 | 8,9 | 10,5 | 7,8 | 23,5 | 31,2 | 27,3% | 49,1% | 43,9% |
| DGPM | 09033 | PROJETOS A CANDIDATAR AO QREN | 0,2 | 0,7 | 0,0 | 0,0 | 0,7 | 0,0 | - | - | - | 0,1 | 1,6 | 0,0 | - | - | - |
| DGRM | 06068 | ASSISTÊNCIA TÉCNICA PO PESCAS | 0,2 | 0,5 | 0,0 | 0,2 | 0,5 | 0,0 | 0,1 | 0,3 | 0,0 | 0,3 | 0,7 | 0,0 | 58,2% | 56,3% | 56,8% |
| DGRM | 06567 | BENEFICIAÇÃO DE PASSADIÇOS DO PORTO DE PENICHE | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,3 | 0,2 | 0,0 | - | - | - | 0,1 | 0,4 | 0,0 | - | - | - |
| DGRM | 08044 | PORTO DA NAZARE XXI - ARMAZENS DE APRESTOS | 0,1 | 0,2 | 0,0 | 0,4 | 0,2 | 0,0 | 0,2 | - | 0,0 | 0,1 | 0,2 | 0,0 | 54,5% | - | 40,3% |
| IPMA | 06024 | RECURSOS PESQUEIROS E SUSTENTABILIDADE DAS PESCAS | 0,1 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | - | - | - | 0,0 | 0,1 | 0,0 | - | - | - |
| IPMA | 06058 | DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DA AQUICULTURA | 0,2 | 0,5 | 0,0 | 0,2 | 0,6 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,3 | 0,8 | 0,0 | 37,0% | 8,2% | 14,7% |
| TOTAL PROMAR | | | 8 | 20 | 25 | 7 | 20 | 24 | 2 | 9 | 10 | 9 | 27 | 31 | 28,3% | 45,3% | 43,9% |

Fonte: SIGO

Nota: O financiamento comunitário não inclui a dotação inscrita em Operações Extra-Orçamentais - Agrupamento 12 (2013: 0,32M€ e 2014: 2,47M€)

4. Recursos Humanos

4.1. Análise de Efetivos

A evolução do total de efetivos em exercício de funções no MAM, no período compreendido entre 2010 e 30 de setembro de 2013, encontra-se espelhada na tabela seguinte.

MAM - EVOLUÇÃO DO N.º DE EFECTIVOS

| | Ano | | | | Variação 2013-2010 |
|----------|------|-------|-------|-------|-----------------------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013* | |
| totais | 7586 | 7326 | 7269 | 7162 | -424 |
| Variação | | -3,4% | -0,8% | -1,5% | -5,6% |

Fonte: SGMAM/SIOE

observações: *à data de 30-09-2013

Um estudo comparativo dos efetivos do MAM, desde 2010 até 30 de setembro de 2013, evidencia uma redução na ordem dos 5,6 % (424), pese embora a entrada de novos organismos em 2012, (ex: IPMA, I.P.).

Essa redução é transversal a quase todos os serviços e agrupamentos de organismos, sendo que é mais acentuada nos serviços periféricos (10,4%), seguidos dos agrupamentos dos serviços centrais (8,9) e nos gabinetes de Membros do Governo (4,4%).

Em 2013 regista-se que a maior parte dos trabalhadores pertence à carreira técnica superior (42%), seguida das carreiras assistente técnico (32%) e assistente operacional (15%).

A análise dos trabalhadores por tipo de organismo permite constatar que os serviços sob superintendência e tutela representam 42,6% dos efetivos, os serviços periféricos 27,9%, os serviços centrais 22,5% e os restantes 3,3%, conforme se evidencia na tabela seguinte.

MAM - EFETIVOS POR SERVIÇO - 2010 a 2013

| Gabinete / Serviço / Organismo | 2010 | 2011 (30.06.2011) | 2011 (31.12.2011) | 2012 (31.12.2012) | 2013 (30.09.2013) |
|---|-------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Gabinetes dos Membros do Governo | | | | | |
| MAM | 53 | 45 | 25 | 27 | 24 |
| SEA | 18 | 17 | 17 | 17 | 18 |
| SEFDR | 20 | 17 | 15 | 16 | 16 |
| SEMAR | 0 | 0 | 16 | 15 | 16 |
| SEAIA | | | 0 | 0 | 13 |
| Sub total | 91 | 79 | 73 | 75 | 87 |
| Serviços Centrais | | | | | |
| SG | 167 | 165 | 143 | 123 | 113 |
| GPP | 215 | 209 | 206 | 150 | 134 |
| DGAV* | 949 | 937 | 934 | 920 | 974 |
| DGADR | 302 | 297 | 280 | 273 | 174 |
| DGPM | | | | 18 | 18 |
| DGRM** | 139 | 138 | 137 | 131 | 196 |
| GPIAM | | | | 3 | 5 |
| Sub total | 1772 | 1746 | 1700 | 1618 | 1614 |
| Serviços Periféricos | | | | | |
| DRAPN | 798 | 786 | 776 | 735 | 712 |
| DRAPC | 576 | 558 | 545 | 520 | 499 |
| DRAPLVT | 277 | 268 | 264 | 257 | 255 |
| DRAPAL | 381 | 367 | 345 | 346 | 344 |
| DRAP ALG | 196 | 197 | 194 | 189 | 186 |
| Sub total | 2228 | 2176 | 2124 | 2047 | 1996 |
| Organismos Sob Superintendência e Tutela | | | | | |
| IFAP, I.P. | 676 | 687 | 681 | 635 | 624 |
| ICNF, I.P. | 1527 | 1578 | 1506 | 1418 | 1381 |
| IVV, I.P. | 58 | 58 | 55 | 53 | 50 |
| IVDP, I.P. | 159 | 157 | 153 | 138 | 134 |
| INIAV, I.P. | 972 | 926 | 906 | 703 | 674 |
| IPMA, I.P. | | | | 459 | 450 |
| Sub total | 3392 | 3406 | 3301 | 3406 | 3313 |
| Outras situações/Estruturas | | | | | |
| PRODER | 56 | 57 | 57 | 56 | 56 |
| PROMAR | 15 | 15 | 14 | 13 | 14 |
| EMAM/EMEPC | 0 | 26 | 26 | 23 | 21 |
| QET | 32 | 32 | 31 | 31 | 30 |
| FAR | | | | | 16 |
| TAPADA DE MAFRA | | | | | 15 |
| Sub total | 103 | 130 | 128 | 123 | 152 |
| Total Geral | 7586 | 7537 | 7326 | 7269 | 7162 |
| TRABALHADORES EM SITUAÇÃO DE MOBILIDADE ESPECIAL | | | | | |
| SME | 713 | 667 | 631 | 596 | 597 |
| Licenças Extraordinárias | 390 | 374 | 365 | 338 | 232 |
| Sub total | 1103 | 1041 | 996 | 934 | 829 |
| Total Geral | 8689 | 8578 | 8322 | 8203 | 7991 |

Notas:

* Em 2013 integrados na DGAV 54 trabalhadores transitados da DGADR por transferência de competências.

**Em 2013 foram integrados na DGRM 60 trabalhadores transitados do IPTM por transferência de competências.

Em 2013 a FAR e a Tapada de Mafra foram reclassificadas, obrigando à contabilização dos recursos afectos.

4.2. Caracterização dos Trabalhadores em SME

Até 30 de setembro de 2013, o número total de trabalhadores colocados em Sistema de Mobilidade Especial (SME) elevou-se a de 2.152, cuja evolução é explicitada no quadro *infra*.

| | 2007 | 2008 | 2009 | Ano | | | | Total |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | | | | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | |
| Colocação em SME | 1445 | 417 | 249 | 30 | 5 | 1 | 5 | 2152 |
| Anulação de colocações | 20 | 3 | 4 | 1 | | | 1 | 29 |
| Total | 1425 | 1839 | 2084 | 2113 | 2118 | 2119 | 2123 | 2123 |

Fonte: SGMAM

Do total de trabalhadores colocados em SME (2.152) até à data, cerca de 78,1% pertencem às categorias e carreiras de assistente técnico e operacional.

| carreira/categoria | Trabalhadores colocados em SME até à data | % | Trabalhadores em SME a 30.09.2013 (ativos) | |
|--------------------|---|-------------|--|-------------|
| | | | | % |
| Tec. Superiores | 412 | 19% | 88 | 15% |
| Ass. Técnicos | 702 | 33% | 160 | 27% |
| Ass. Operacionais | 956 | 45% | 343 | 57% |
| Outros | 53 | 2% | 6 | 1% |
| TOTAL | 2123 | 100% | 597 | 100% |

Fonte: SGMAM

Em 30 de setembro de 2013, o total dos trabalhadores em SME era de 597, sendo que maioritariamente (84,3%) estão inseridos na categoria de assistente técnico e assistente operacional.

4.3. Contratos e Prestações de Serviços

A 30 de setembro de 2013, o número de colaboradores no MAM em regime de contratos a termo ou de prestações de serviços, é de 128, dos quais 86 contratados a termo e 42 sob a forma de contratos de prestação de serviços.

| Tipo de contrato | A termo certo | A termo incerto | Prestações de serviços |
|------------------|---------------|-----------------|------------------------|
| Totais | 1 | 85 | 42 |

Fonte: SGMAM

Refira-se que existe um número significativo de colaboradores neste regime que se destinam a assegurar a gestão dos programas comunitários (i.e. 37%) e que são consequentemente financiados pelos referidos programas.

4.4. Aposentações

Conforme se pode constatar da leitura do quadro *infra*, o número de aposentações no MAM atingiu números expressivos no último triénio, atingindo cerca de 350 nos anos de 2010 e 2011, e diminuindo para 258 em 2012.

| carreira/categoria | 2010 | 2011 | 2012 | 2013* |
|--------------------|------------|------------|------------|------------|
| Dirigentes | 18 | 14 | 5 | 1 |
| Tec. Superiores | 120 | 142 | 88 | 75 |
| Ass. Técnicos | 110 | 106 | 99 | 68 |
| Ass. Operacionais | 78 | 51 | 44 | 42 |
| Outros | 31 | 39 | 22 | 9 |
| totais | 357 | 352 | 258 | 195 |

Fonte: SGMAM

observação: * à data de 30-09-2013

Até 30 de setembro de 2013, o número de aposentações ascendeu a 195, de um conjunto de 725 pedidos apresentados.

4.5. Rescisões

O programa de rescisões voluntárias no MAM conta, na presente data, com 78 pedidos de adesão, tendo 67 sido validados e 53 despachados favoravelmente pela tutela.